

Intervenções Curriculares para  
Educação Básica



# História da América Latina insurgente

Reflexões Decoloniais para Professores

LUIZA CAMPOS DE SOUZA





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO/DOUTORADO PROFISSIONAL**

**DOUTORANDA**

Luiza Campos de Souza

**ORIENTADORA**

Prof. Dra. Carine Dalmás

**DESING DE CAPA:**

Canva, 2025



São Luis  
2025



# Sumário

|   |    |
|---|----|
| Introdução  | 04 |
| O professor da Educação Básica como elo entre a universidade e a escola     |    |
| América Latina Insurgente   | 16 |
| Mulheres nas lutas por independências                                       |    |
| Propostas de trabalhos para professores                                     | 46 |
| Repensando as práticas docentes e elaborando atividades para o Ensino Médio |    |
| Documentação comentada  | 50 |
| Indicações documentais  |    |



# Introdução

Prezado professor (a) da Educação Básica, este livro é dedicado a você que constantemente se sente desafiado diante da realidade e não fecha os olhos para as injustiças presentes no nosso continente, que se incomoda com as exclusões de origem social, racial e de gênero existentes na nossa sociedade e nos materiais didáticos em uso em nossas unidades de ensino, mas que acredita no potencial transformador do ambiente escolar.

Para você que questiona as ausências de identidades latino-americanas e o excesso de conteúdos europeus nos currículos e matrizes escolares do Brasil e se incomoda com a cronologia ocidentalizante da história. Este livro é destinado àqueles que nem sempre conseguem romper com a lógica eurocêntrica em sala de aula e reconhecem as suas incômodas limitações, seja pela própria estrutura da nossa formação docente ou pelo excesso de afazeres

escolares, mas que não desistem de produzir uma educação libertadora e problematizadora. Lecionar num país que desvaloriza e explora o trabalho dos professores abala consideravelmente a nossa capacidade de atuar no meio que nos cerca, mas não destrói a nossa disposição para inventar dias melhores.

Convido-te a fazer uma imersão neste livro que está repleto de conteúdos pensados

para o ensino das Américas numa perspectiva não eurocêntrica na qual os sujeitos que de fato construíram o nosso continente estão em evidência.

Nesta introdução você encontrará a concepção de saber histórico escolar que defendemos e a importância dos professores como parte fundamental desta dinâmica. Trabalharemos com alguns conceitos e ideias decoloniais que são importantes e irão nos auxiliar na construção de uma educação histórica libertadora.

No capítulo central deste livro trabalharemos conteúdos escolares do componente curricular de



O campo dos estudos decoloniais foi fundado na década de 1990 por um grupo de pesquisadores majoritariamente latino-americanos da área dos estudos culturais que buscavam respostas para os problemas enfrentados pelos países que passaram por processos de colonizações. São considerados herdeiros das pesquisas pós-coloniais, tendo como eixo central de suas análises uma profunda crítica ao eurocentrismo e suas produções epistêmicas, defendendo que a modernidade foi ponto de inflexão que explica as mazelas e desigualdades existentes nas Américas.

História das Américas em diálogo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o que contribui de forma prática para pensar uma educação com foco em questões internas do nosso vasto e plural continente. Não se trata de um manual, mas de um material que denominamos de *intervenções curriculares*, construído para



A definição e conceituação aprofundada de intervenções curriculares está presente na tese que originou este livro. Trata-se de uma ferramenta para o auxílio de profissionais que pensam a História das Américas para Educação Básica. Pode ser entendida como instrumento para formulação de trabalhos em que a história das Américas se mantém em diálogo com o pensamento decolonial, com a história comparada e as legislações curriculares de ensino.

ser lido, compartilhado e reelaborado nas nossas práticas escolares. Em especial no atual momento em que o componente vem perdendo espaço nos materiais didáticos desde 2022, consequência da imposição da Reforma do Ensino Médio no país.

Conceitos, ideias, pensadores e propostas serão apresentados numa linguagem adequada às nossas realidades de tempo escasso e necessidades escolares práticas. Todos os autores que embasaram este trabalho serão apresentados durante a leitura ou estarão listados nas referências bibliográficas ao final do livro. Caso você sinta vontade, poderá aprofundar esse estudo com a minha tese doutorado que está disponível de forma gratuita no Repositório Público Digital da

UEMA, do qual este trabalho é resultado e produto.

Com este material esperamos contribuir para a elaboração de conteúdos de História das Américas conectados à história do nosso país, visando superar as lógicas de opressão colonial que foram impostas há séculos e que ainda hoje mantêm seus sustentáculos fortes e assentados nas nossas realidades. Lógica que mantém fragmentada a irmandade entre os países latino-americanos, com objetivo escuso de conservar vivas as estruturas de poder imperialistas e neoliberais que se alimentam das profundas desigualdades internas que nos afligem e condicionam nosso continente a índices de desenvolvimento desumanos.

Este trabalho entende os professores e professoras do Brasil como liames, ou seja, aqueles que conectam o saber produzido nas universidades às realidades escolares fazendo dessa conexão uma prática cotidiana e condicionante de atuação. Quando fazemos relações extenuantes entre o que aprendemos nas universidades e a realidade material do ensino, concretizamos uma dupla missão: a de traduzir linguagens e a de reformular conhecimentos históricos de acordo com nossos contextos de vida e dos nossos alunos.

Sabemos que o fazer histórico em sala de aula está repleto de desafios materiais e simbólicos e a função desempenhada pelos professores tem fun-

damental importância para o desenvolvimento e avanço da sociedade em direção à justiça social. Criar mecanismos de emergência dos conteúdos históricos silenciados nos currículos escolares torna-se uma estratégia de luta e combate às desigualdades, preconceitos e a desinformação sobre o nosso continente. Desejamos que o resultado dessa

leitura possa se traduzir em ações de ruptura de barreiras que separam o fazer história na Educação Básica das universidades.

Este trabalho propõe a redução dos distanciamentos entre o saber histórico escolar e o acadêmico. Precisamos construir e elaborar conceitos e concepções sobre os conhecimentos históricos produzidos nas escolas, caminho que está aberto e que precisa ser teorizado preferencialmente pelos nossos pares da Educação Básica. Torna-se cada vez mais necessário e urgente a existência de espaços de complementação, sem hierarquização, entre universidades e escolas públicas no Brasil.



O conceito de sociologia das ausências foi desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos (2002) para identificar formas de produção de conhecimento silenciadas pelo colonialismo. Identificar esses silenciamentos e fazer emergir conhecimentos rejeitados pela modernidade eurocentrada são estratégias de afirmação das “epistemologias do Sul” e caminho possível de combate ao eurocentrismo e suas nefastas consequências.

Para elaborar uma aula são necessárias inúmeras construções intelectuais que vão do acesso à memória do campo acadêmico, releitura de trabalhos científicos, exploração de materiais didáticos e paradidáticos, acesso as diretrizes legais, conhecimento dos projetos políticos pedagógicos aos planejamentos. Com esse amálgama de interações o professor da Educação Básica formula sua aula, o que inclui principalmente traduções de linguagens e adaptação à realidade material dos alunos. Todo esse caminho complexifica o conhecimento histórico escolar, o que torna o seu valor tão importante quanto o conhecimento produzido nas universidades.

O professor da Educação Básica ocupa a real condição de produtor e não reproduzidor do conhecimento histórico. Concepções retrógradas e tradicionais sobre o nosso saber contribuem para deslegitimar nossas funções, justificando a superexploração da nossa força de trabalho. Torna-se urgente rompermos com a lógica que coloca os professores da Educação Básica como meros replicadores ou espectadores de um saber científico superior.

Pensar a modernidade numa perspectiva decolonial nos ajuda a entender a natureza da produção do conhecimento histórico ao mesmo tempo que questionamos as construções curriculares eurocêntricas sobre o ensino das Américas.

A colonização inaugurou um sistema mundial e colocou a Europa no centro de poder globalizante, criando estruturas de dominação racial, social e de gênero que caracterizaram o mundo moderno e contemporâneo. Essas estruturas colonialistas conduziram a dominação econômica, política, cultural e epistemológica das Américas, criando uma divisão mundial

em que a raça figura no centro da exploração do trabalho. Essas estruturais fizeram com que as Américas se tornassem dependentes e subjugadas, mantendo-as na periferia das relações econômicas mundial.

A dominação colonial se manifesta na produção do conhecimento, uma vez que a imposição de saberes passou a ser normatizada pelo colonialismo enquanto referência a ser seguida. Como consequência, a colonialidade do saber tornou-se um dos pilares da dominação eurocêntrica, mantendo viva a subjugação simbóli-



Segundo a pesquisadora e antropóloga estudiosa da colonialidade Catharine Walsh (2012), o termo **decolonialidade** começou a ser usado pelos pesquisadores em 2004. No seu uso, a supressão do 's' em **descolonial** é uma estratégia linguística para afastar-se do prefixo espanhol "des" que designa anulação ou negação de um termo. Para a autora, não há como anular o colonialismo, portanto o **decolonial** designa uma postura de luta contínua contra o colonialidade, onde transgressão, visibilidades e intervenções criam espaços de transformação e resistências permanentes.

ca e política das Américas. A construção do campo da história enquanto ciência também reflete as marcas da colonização. Qualquer análise rápida nos livros didáticos das últimas décadas e na própria estrutura curricular da componente no Brasil revela que a área ainda serve aos interesses colonialistas



A colonialidade do saber pode ser definida como estrutura de dominação eurocêntrica na produção e circulação de conhecimentos que exclui ou menospreza as produções teóricas, científicas, religiosas, filosóficas e artísticas desenvolvidas pelos povos que foram colonizados, contribuindo para a perpetuação da dominação europeia. O conceito foi desenvolvido principalmente pelos pensadores latino-americanos Aníbal Quijano (2005), Walter Dignolo (2005) e Edgardo Lander (2005).

Professores de história empenhados na subversão a essa lógica buscam fazer uso da história como mecanismo de entendimento das origens das opressões, o que torna o componente igualmente potente enquanto instrumento de questionamentos aos valores etnocêntricos. Existe uma América completamente inversa aos valores do colonialismo e este trabalho se empenha nesse espectro, contribuindo para a essencial tarefa de construir um componente que subverta a lógica colonialista. Este caminho se faz possível através da tentativa de ruptura com a lógica eurocêntrica na escrita da história escolar, caminho que precisa ser construído de forma coletiva e intencional visando a produção de conhecimento para o de-

envolvimento de epistemologias do sul.

Tirar o foco da Europa para ater-se às experiências latino-americanas é uma estratégia possível que auxilia nas práticas curriculares decoloniais. As lutas pelas emancipações nas Américas, que estão em foco neste trabalho, são tradicionalmente narradas como resultado de forças contextuais europeias e a partir da perspectiva de uma elite majoritariamente branca e masculina. Apontaremos para uma história dos processos de independência das Américas de forma comparada e aproximada (Brasil, Bolívia e Haiti) dando evidência às forças populares e a participação de mulheres que sempre estiveram empenhadas na ruptura com o colonialismo no nosso continente.

Aproximaremos a realidade do Brasil aos países vizinhos, numa construção que valoriza as análises endógenas, rejeitando as explicações que colocam nossos processos como consequências diretas de contextos europeus, como o Bloqueio Continental, Fuga da Família Real ou a Revolução Vintista do Porto em Portugal. Não se trata de uma tentativa de eliminação dessas interpretações, mas de um esforço teórico que visa a construção de uma história em que os acontecimentos americanos têm protagonismo e destino próprios.

Dito isso, convido-os a ingressar na leitura deste livro que revelará um Brasil conectado às suas

origens latino-americanas. Este livro virtual está dividido em quatro partes. Na primeira encontra-se a introdução, onde apresentamos brevemente a fundamentação teórica, o conceito de intervenção curricular, saber histórico escolar e a proposta educacional que defendemos para o ensino de História das Américas.

Na parte II apresentaremos os processos de independências das Américas enfatizando o processo haitiano como um importantíssimo movimento contra as injustiças raciais. O processo de luta no Haiti (1791-1804) deixou marcas profundas em nossa história e seu impacto foi gigantesco nas Américas. Apresentaremos um Nordeste brasileiro onde mulheres, pobres, negros, mestiços e indígenas estiveram na linha de frente na expulsão dos portugueses, concretizando a independência política do país que se estendeu para além do setembro de 1822. Na Bolívia (1809-1825), a participação das camadas populares criou um ambiente caótico para as elites colonialistas, abrindo espaço para a atuação decisiva de movimentos populares de grande impacto social.

Apresentaremos essas experiências aproximando a participação política de três grandes figuras femininas importantes nas Américas: Suzanne Sanité Bélair no Haiti, Gregoria Batallanos na Bolívia e Maria Quitéria no Brasil. Essa aproximação

será feita levando-se em consideração que as realidades e opressões impostas para essas mulheres variavam em menor ou maior escala a depender da experiência racial e de classe que lhes foram impostas.

Na medida em que o acúmulo entre raça, gênero e/ou classe se estabeleciam, as experiências de opressão

e desumanização se intensificavam. Portanto, a aproximação dessas vivências não busca homogeneizar as histórias dessas mulheres. Entretanto, em determinados momentos de suas vidas, essas heroínas performaram o gênero de forma estratégica e muito parecida, pois optaram pelo traje masculino para lutar contra o colonialismo, construindo uma subversão simbólica nas relações de gênero com significados extraordinários para o século XIX, nesse quesito suas realidades serão aproximadas.

Na parte III algumas questões e debates historiográficos serão propostos para a reflexão, de forma que a abordagem deste livro traga relevância para ações práticas em busca de uma



María Lugones (2020) é uma das precursoras da teoria feminista decolonial. A autora entende que a modernidade criou um sistema mundial colonial de gênero em que as categorias de classe e raça articularam-se ao patriarcado gerando relações de exploração e subjugação inéditas sobre as mulheres colonizadas resultando na sua frequente inferiorização, desumanização e exploração. A intersecção entre raça, gênero e classe tornou-se peça fundamental nas análises e estudos sobre a colonialidade.

educação para uma formação cidadã. Na parte IV existe um espaço para aprofundamento e indicações da documentação trabalhada.

O material aqui apresentado poderá ser utilizado como apoio nas aulas do componente de História das Américas, tornando-se útil para a construção de habilidades e competências previstas na BNCC para o Ensino Médio. Seus trechos podem ser lidos, compartilhados e dialogados em diversas práticas docentes no âmbito do ensino de história. Durante o decorrer da leitura, haverá espaços destinados a elucidações conceituais e aprofundamentos teóricos. Sinta-se parte desta construção. Boa leitura!



# América Latina Insurgente



A virada para o século XIX foi de oportunidades para as vivências políticas femininas latino-americanas. A cultura de guerra que se alastrou com as revoltas internas de independência produziu ambientes de certa flexibilidade para mulheres, resultando na ampliação da luta pelo exercício público da cidadania. Em espaços distantes, ocorreram experiências que quando aproximadas revelam uma forma peculiar de fazer política no continente americano oitocentista: *a transgressão política e utilitária de gênero*.

Trata-se de um fenômeno que pode ser observado entre mulheres que estiveram encabeçando lutas emancipacionistas em diversas regiões latino-americanas e que optaram pelo traje masculino para expressar suas vivências políticas e liderar forças bélicas de libertação nacional. Essas mulheres afrontavam as estruturas de poder colonialistas que negavam

a elas a possibilidade de participação pública na política. Insultar a ordem vigente de forma performática tornou-se uma estratégia que visava romper com as hierarquias violentas de gênero do século XIX.

Apesar das distâncias geográficas e das circunstâncias políticas internas específicas que geraram as lutas de independência no vasto continente americano, as regiões que hoje correspondem ao Haiti, Brasil e Bolívia experienciaram práticas de lutas femininas que carregam consigo similitudes. Mulheres corajosas, fortes e articuladas estiveram na vanguarda das mobilizações populares colocando em crise o colonialismo europeu. Essas mulheres estavam desafiando um sistema eurocentrista coeso, que as destinava a funções de cuidado com o outro, de subserviência, e de convívio exclusivo no espaço privado familiar.

As mobilizações sociais por autonomia política nas Américas contaram com a participação ativa de populares que se levantaram na tentativa de construção de projetos políticos alternativos. Dentre os processos de luta existentes nas Américas, a Independência do Haiti (1791-1804) foi muito grandioso, impactante e radical, pois os seus resultados impulsionaram reações e influências em diversas partes do continente americano e do mundo europeu. As mobilizações para derrubada

do sistema colonial na antiga ilha de Hispaniola esteve vinculada a uma forte reação de sujeitos em condição ou experiência com a escravização que lutaram contra um dos sistemas mais perversos e violentos das Américas.

A barbaridade sustentava um dos mais prósperos sistemas colonialistas, tornado Saint-Domingue umas das regiões mais ricas do continente, responsável por mais da metade da exportação de açúcar das Américas e enriquecendo franceses e europeus envolvidos na sua produção e no tráfico humano transatlântico. Os sistemas de irrigação de alta complexidade em regiões montanhosas, somados a condições climáticas adequadas ao plantio de cana-de-açúcar e relações abomináveis de trabalho geraram uma riqueza estrondosa e colocaram a ilha em cenários de cobiça e disputa internacional.

1

Não penduraram homens de cabeça para baixo, afogaram-os em sacos, crucificaram-os em tábuas, enterraram-os vivos, esmagaram-os em morteiros? Eles não os forçaram a comer merda? E, depois de esfolá-los com o chicote, não os lançaram para serem devorados pelos vermes, ou sobre os formigueiros, ou os amarraram a estacas no pântano para serem devorados pelos mosquitos? Não os jogaram em caldeirões ferventes de melado de cana? Não colocaram homens e mulheres dentro de barris cravejados de pregos e os rolaram montanha abaixo em direção ao abismo?

(Memórias do haitiano Pompeu Valentin Vastey em 1814)

A riqueza colonialista era sustentada por inúmeras barbaridades que tornavam a própria reprodução humana dos escravizados inviabilizada pela brutalidade colonial. A reação e a resistência ocorreram com uma luta violenta que dizimou metade da população.

Os franceses que estavam acostumados a matar e torturar os escravizados, passaram a conviver com a com morte do seu próprio povo, o que aterrorizou as elites brancas colonialistas dos países europeus.

As mobilizações emancipacionistas no Haiti tiveram início com as cerimônias religiosas sincréticas que buscavam salvaguardar valores e sentimentos saudosistas de África ocidental. As festas, danças e batuques dos cultos de Vodou, nas margens das florestas altas e úmidas de Bois Caiman, em 1791, trouxeram sentimentos de esperança e liberdade para o povo. Sacerdotisas como a Cécile Fátiman lideravam rituais que suscitavam ações políticas e religiosas, criando um movimento que deu origem a unificação de escravizados de etnias e linguagens diversas culmi-



Em “Bois Caiman: as metáforas da história e a realidade dos mitos na construção da identidade (inter)nacional do Haiti” José Renato Baptista reconstrói os principais acontecimentos de uma cerimônia religiosa e procura compreender as percepções da população haitiana sobre evento que é tratado ora como fato histórico ora mito de origem. Uma boa leitura para quem deseja se aprofundar no tema.



nando em um grandioso processo revolucionário nas Américas. Os revoltosos iniciaram as mobilizações queimando centenas de refinarias de açúcar e plantações de café, resultando na morte de dezenas de senhores de escravizados. O desejo pela liberdade coletiva iniciara um processo

genuíno e incapaz de esgotar-se antes da certeza absoluta da vitória final.

As mobilizações religiosas tornaram-se cada vez mais organizadas e maduras direcionando-se para a organização política e social da densa população de escravizados, livres e libertos que passaram a dialogar com questões políticas internacionais de grande alcance geopolítico. As reações e temores internacionais não demoraram a aparecer, intensificando ainda mais as disputas políticas entre Espanha, Inglaterra e França pelo domínio e controle da rica e rebelde ilha. Nesse contexto, informantes, envenenadoras, sacerdotisas, acompanhantes, cozinheiras, costureiras e estrategistas militares lideraram os processos de luta para a efetivação da abolição da escravidão. Figuras ágeis e habilidosas como Dédée Bazile,

Catherine Flon e Claire Heureuse ganharam destaque e espaço nas mobilizações sociais.

Organizando exércitos para a defesa dos interesses dos escravizados destacou-se Suzani Sanité Bélair, jovem nascida livre na cidade de Verrettes em 1781. O seu local de nascimento era cercado por montanhas e cortado pelo rio Artibonite, o que tornava a cidade forte na produção agrícola e mercantil, ocupando uma relação diferente das cidades costeiras destinadas majoritariamente a produção de açúcar e a exploração do trabalho escravizado. Verrettes era uma cidade birracial, onde existiam moradores negros miscigenados em posições de privilégios econômicos que conviviam com os escravizados e pretos livres.

No Haiti, o processo de miscinegação racial gerou uma categoria de sujeitos em ascensão econômica formada por pessoas livres. Os *Affranchis* eram donos, às vésperas da revolução, de 1/3 das plantações de açúcar em São Domingos. Esta categoria em ascensão gerou acirramentos e disputas econômicas na ilha, tornando a conjuntura racial complexa e distante das demais realidades do continente americano. Diferente dos escravizados que lutavam pela abolição, essa categoria mobilizava pautas por acesso a cidadania política e reconhecimento social e racial. Por sua vez os brancos, para manter o domínio e

diferenciação racial na ilha, criavam leis discriminatórias contra os *affranchis* os impedindo de qualquer possibilidade de participação política. Essa extrema discriminação contribuiu para momentos cruciais de unidade de ação entre os *affranchis* e os escravizados, culminando em um processo revolucionário coeso e invencível. Nascida livre e filha de médio proprietário rural, Suzanne Bélair era uma *affranchi* e vivenciou o racismo e a discriminação contra pessoas negras livres, sentindo desde a infância a tensão degradante da segregação racial. Mesmo não tendo uma experiência direta com a escravidão, encampou uma batalha frontal contra o sistema, dedicando a sua vida à luta contra colonialismo.

A atuação de lideranças como Suzanne criou um ambiente de diluição de possíveis rivalidades entre *affranchis* e escravizados, contribuindo de forma direta para a vitória da maior e mais completa revolução latino-americana do século XIX. Organizando forças de libertação tornou-se figura pública de grandes responsabilidades nas trincheiras de guerra ao lado de combatentes como Toussaint Louverture e Charles Bélair, com quem se casou aos 15 anos e viveu uma intensa relação de cordialidade.

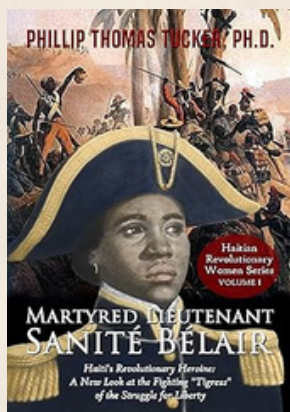
Durante o desenrolar da Revolução Francesa iniciada em 1789, os revoltosos no Haiti e suas lideranças perceberam as contradições e a oportu-

nidades que o novo cenário construía e articularam-se para tirar proveito da fragilidade existente na metrópole. Nos momentos de conflitos da França revolucionária, os revoltosos ameaçaram alianças com a Espanha em troca de garantias de abolição para o povo.

Para manter o domínio político sobre a região, a França se vê tentada a declarar a

abolição da escravidão na ilha mantendo-se em aliança com os revoltosos com o objetivo de sustentar o domínio político e econômico sobre a “pérola” das Antilhas.

Mesmo após as vitórias, a luta pela manutenção e garantia da abolição tornou-se tema constante na vida da população, criando uma atmosfera de desconfiança intensa diante de um nefasto sistema colonial em decadência que visava manter seus sustentáculos colonialistas em Saint-Domingue. A desconfiança, atuação e sagacidade de Sanite Bélair contra os franceses e sua articulação nas frentes de libertação foram essenciais para o desfecho final da



Parte significativa das informações biográficas e dos conflitos envolvendo Suzanne presentes neste trabalho baseia-se na edição em inglês da obra de Phillip Thomas, disponível nas plataformas de vendas digitais e ainda não publicadas em português.

guerra, especialmente quando os franceses, liderados por Napoleão, tentaram reconduzir a escravidão na Ilha culminando no exílio forçado de Toussaint Louverture, um dos principais líderes da revolta, em 1802.

Bélair se apresentava com trajes militares masculinos azuis reluzentes, jaquetões de botões e ombreiras largas. Liderou o exército em um tempo em que forças de proteção militar não poderiam em hipótese alguma ser atribuídas a mulheres. Cresceu nas forças de libertação como soldado raso, aumentando suas ações ao ponto de liderar confrontos na Batalha de Crête-à-Pierrot (março de 1802) com méritos e esforços pessoais. Atuou como sargento, ganhou confiança dos combatentes e ascendeu ao posto de tenente tornando-se líder de dezenas de homens. Sua articulação militar e conhecimento empírico do ambiente tropical, arborizado e montanhoso muito deve ter contribuído para a organização de estratégias importantes. Sem filhos, a tigresa, como era chamada pelos seus pares, lutou arduamente pela liberdade do seu povo.

Após a invasão napoleônica na Ilha e a derrota haitiana em Crête-à-Pierrot, Bélair viu mulheres e crianças serem brutalmente assassinadas sob a liderança dos franceses Leclerc e Rochambeau. Após o seqüestro e exílio de Louverture, dedicou-se integralmente ao processo de luta armada incitando seu marido a liderar tropas contra os franceses nas montanhas de Verretes, pois sabia

que não havia outra forma de lutar que não fosse com armas em punho. A beleza estonteante de Suzanne Bélair chamava a atenção de muitos, podendo o casamento juvenil e a transgressão utilitária de gênero terem sido utilizados como mecanismo de proteção para fugir da objetificação, visto que todos conheciam o seu sexo biológico e o relacionamento afetivo heteronormativo. Aos negros, mesmo que livres, estava vedada vestimentas tradicionais europeias, portanto trajar-se nesses moldes significava um duplo afrontamento à ordem colonialista.

Suzanne pagou um preço alto pela sua subversão, tendo uma morte pública dramática e heroica na cidade de Le Cap. Diante do esquadrão francês que lhe negou a possibilidade de ter uma condenação diferente dos homens, gritou alto e lutou fisicamente contra o seu carrasco exigindo o fuzilamento militar em detrimento à decapitação, feita para aterrorizar e educar o público presente. Ordenou ao seu companheiro de guerra e marido que se mantivesse orgulhoso e altivo nos seus momentos finais. Não se entregou à tristeza diante da morte e usou seus segundos finais de vida para criar um espetáculo público, incitando o povo a ter coragem de lutar contra o sistema escravista. Gritou arduamente palavras de ordem contra a escravidão, sendo terrivelmente fuzilada com apenas 21 anos de idade. Sua elimi-

nação em outubro de 1802 firmava o compromisso francês com a colonização, mas também com os papéis sociais de gênero existentes naquela sociedade.

Mesmo assassinada antes da concretização da vitória final da independência, sua atuação foi essencial no processo que deu origem a independência em novembro de 1803. Suzanne contribuiu de forma importante para a derrota do exército napoleônico, impactando nas relações internacionais oitocentistas e contribuindo para a efetivação de uma grandiosa ruptura política e social das Américas no início do século XIX. A Independência do Haiti foi muito marcante, visto que a emancipação política esteve vinculada à abolição da escravidão.

A rebelião emancipacionista teve uma forte repercussão em outros processos do continente e apavorou as elites brancas colonialistas que se mantiveram atentas e prontas para repelir qualquer tentativa de sublevação popular. As mobilizações sociais no continente tornaram-se potencial-



O termo haitianismo está consolidado na historiografia para explicar ações e sentimentos de temor existentes entre as elites escravocratas em relação a possibilidade de reprodução dos acontecimentos da Independência do Haiti nos demais países das Américas. C. R. L James (2010) foi um dos pioneiros no desenvolvimento desta ideia com a publicação do livro “Os Jacobinos Negros” em 1938.

mente assustadoras para os colonizadores que passaram a monitorar e controlar as camadas subalternas com muito mais atenção, temor e cautela. Portugueses, ingleses e espanhóis estavam conscientes e prontos para repelir qualquer tentativa de influência da independência no resto do continente e não mediram esforços para impedir que as mobilizações emancipacionistas se transformassem em movimentos de subversão da ordem social e racial.

A experiência de Suzanne Bélair na liderança de forças militares se assemelha à de outras mulheres que viram nas lutas de independência uma possibilidade de atuação política no cenário de descolonização.

Na Bolívia independentista (1809-1825), Gregoria Batallanos utilizou a transgressão utilitária de gênero para combater a colonização espanhola. La Goita, como era conhecida, tinha uma origem mestiça e nasceu em Potosí, região rica em minérios, com altitudes elevadíssimas e forte histórico de mobilizações indígenas pelo fim da violenta exploração racial e do colonialismo.

O território que hoje corresponde à Bolívia, pertencia no século XIX, a audiência de Charcas. Também conhecida como Alto Peru, as vésperas na independência, a região estava submetida à administração colonial do vice-reino do Rio da Prata.

A Bolívia sempre foi parte de um território andino rebelde, suas origens remontam a povos originários como os quechuas e aimarás e seu território já foi parte importante do Império Tahuantinsuyu.

As vivências das elites colonialistas espanholas com o histórico de mobilizações populares contra as injustiças sociais e raciais na região faziam a vigilância e

a opressão de gênero serem massacrantes e cruéis contra as mulheres andinas. Entre as autoridades colonialistas espanholas nas Américas era comum a tortura e a eliminação violenta dos corpos femininos rebeldes de maneira espetacular para que ficassem gravadas na memória popular e criassem uma atmosfera de submissão e pavor entre as mulheres. A forma como os espanhóis combateram as primeiras mobilizações emancipacionistas de indígenas e mestiços na região revela uma particular crueldade dirigida às mulheres, que tinham seus bens confiscados e seus corpos retalhados.

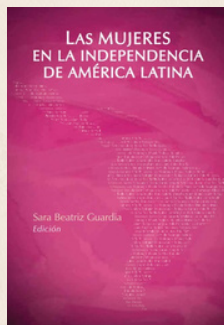
A mestiça peruana Micaela Bastidas e a indígena



Acesso o mapa da  
América Colonial



boliviana Bartolina Sisa são exemplos de mulheres que lideraram levantes importantíssimos de milhares de nativos contra a opressão colonial visando a superação da exploração racial. Ao lado dos seus respectivos companheiros Tupac Amaru e Tupac Catari mobilizaram as regiões que correspondem hoje ao Peru e Bolívia em campanhas armadas gi-



A coletânea organizada por Sara Beatriz Guardia e publicada em 2010 no Peru carece de destaque e conhecimento no Brasil. Os trabalhos de Sther Aillón e da Guardia embasaram parte deste capítulo no que tange as mulheres andinas e a biografia de Gregoria Batallanos

gantescas, que colocam o império espanhol em crise em fins do século XVIII. Infelizmente, o preço pago por essas corajosas mulheres foi extremamente alto, tiveram seus corpos tratados com escárnio e maldade, para que no silenciamento de suas vozes se estabelece a política do terror e do medo.

Os métodos de tortura eram horrendos e macabros, a prática de extirpação da língua, decapitação e esquartejamento figurou como padrão contra as mulheres. Bartolina Sisa teve seu corpo esquartejado e queimado e sua cabeça exposta em ambientes públicos. Igualmente cruel e agonizante foi a morte Micaele Bastides, revelando

o quão articulado e sistemático era o patriarcalismo hispânico quando as mulheres decidiam levantar-se contra o sistema colonial. Além de ter seu corpo esquartejado e exposto durante dias em Piccho, foi torturada e humilhada publicamente.

2

"Antes de matá-la, cortaram-lhe a língua e deram-lhe um garrote, no qual ela sofreu infinitamente; pois tendo o pescoço muito fino o torno não conseguia afogá-la, sendo necessário os algozes (...) dando-lhe pontapés na barriga e nos seios, acabaram por matá-la.

(Trecho da descrição oficial da execução pública de Micaela Bastidas em Cusco 1781)

Entre 1809 e 1825, a Bolívia torna-se novamente palco de revoltas emancipacionistas, dessa vez dando origem a uma arrastada guerra de independência, abrindo espaço para movimentos populares de guerrilha que desorganizaram as estratégias de dominação dos espanhóis. A guerra de independência se arrastou por muitos anos, gerando um ambiente caótico, mas significativamente oportuno para que muitas mulheres deixassem suas casas e seguissem para os campos de batalha atuando em frentes políticas, militares, assistenciais ou administrativas. A experiência das elites espanholas com os históricos de lutas indígenas e mestiças na região, juntamente com

experiência política vivenciadas pelos espanhóis nas fronteiras do Haiti muito contribuiu para que os processos de emancipação fossem longos, resistidos e de difícil negociação.


Vincular-se a luta emancipacionista era extremamente ameaçador para as mulheres andinas, visto que a cultura de silenciamento e violência criava empecilhos concretos à livre participação política.

Nenhuma barreira criada pela opressão colonial foi capaz de impedir que a corajosa Gregoria Batallanos se levantasse contra as injustiças sociais e raciais no Alto Peru. A Boliviana mestiça transgrediu sua identidade de gênero vestindo-se como homem para expressar suas posições políticas, ludibriando os espanhóis e disfarçando-se entre os combatentes de guerra nas lutas de independência.

Em 1809 tiveram início os primeiros movimentos de contestação à ordem colonial em Charcas com as revoluções de Sucre e La Paz, que criaram juntas governativas alternativas à condução metropolitana. Nesse momento inicial, a elite branca local - *criollos* - percebem a oportunidade política inaugurada com o enfraquecimento dos espanhóis, mas de toda sorte temiam que populares, indígenas e mestiços encampassem a luta e colocassem fim aos seus privilégios.

Essa primeira fase da guerra de independência foi marcada pela participação política dos *criollos*

mas teve participações populares importantes e significativas como a liderada pela mestiça Juana Azurduy, que participou ativamente em diversas ações contra o poderio espanhol em Charcas e manteve-se ativa no desenrolar dos acontecimentos independentistas.



O livro de Herbert S. Klein intitulado “Bolívia: do período pré-incaico à independência” é um dos poucos trabalhos traduzidos para o português que abordam detalhes e levantamento importante dos principais acontecimentos da Independência da Bolívia. As informações políticas presentes neste livro foram fundamentalmente retiradas desta obra.

As juntas governativas de 1809 não prosperaram, pois os espanhóis articulados e com vantagens militares conseguiram derrotar o movimento que passou a se radicalizar e se interiorizar por meio das guerrilhas, também conhecidas como guerra das republiquetas (1809-1825). As guerrilha tiveram forte participação de mestiços e indígenas e criou um ambiente de desordem social em Chacras. O território ficou dividido em zonas de influências de lideranças locais. Mesmo com as principais cidades sob o domínio espanhol, os movimentos dominaram zonas rurais e impediram a tomada efetiva do poder pelos espanhóis. Mais uma vez, as ações populares e as mulheres tiveram um papel central nos processos de luta pela independência nas Américas, criando verdadeiros obstáculos para a manutenção do sistema colonizador gerando um conflito que se arrastou por mais de uma década.

Foi nesse ambiente caótico que Gregoria Batallanos, apelidada de La Goyta, passa a mover seu corpo de forma performática buscando validar suas aspirações sociais e desejos políticos. Ela conheceu seu companheiro de guerrilha, o líder insurgente Julián de Peñarand, aos 19 anos. Juntou-se a ele sem casamento oficial e viveu organizando movimentos armados rebeldes de saques nas regiões de Oruro, Potosí, Tacna e Taparacá com o objetivo de apoiar forças militares emancipacionistas maiores. Atuou em posição de comando ao lado Julián Peñarand e apresentava-se publicamente com muitas joias em ouro, prata e diamantes, combinação que fazia com ternos masculinos e armas na cintura de forma a performar uma comandante na guerra. Construiu uma relação social de liderança entre os homens de guerra, tornando-se respeitada e chamada pelos companheiros de guerrilha de *La Comandante*.

La Goyta precisou encabeçar duas guerras durante a sua juventude, uma contra a dominação espanhola na região andina e outra contra a consequência direta do colonialismo: a violência e gênero na qual estava submetida dentro da sua vida amorosa. Ela vivenciava um relacionamento turbulento e foi espancada algumas vezes pelo seu companheiro. Os espancamentos aconteciam momentos em que algumas decisões estratégica de guerra, como libertação de prisioneiros.

Ao pedir clemência aos aprisionados, acabava atraindo a fúria e Penãrand que a espancava agressivamente deixando-a muitas vezes incapacitada de levantar-se para atuar nos conflitos.

Mesmo diante da tristeza, não se deixava abater e apreciava fazer aparições públicas em festas e bailes vestida como homem, dançando e gritando palavras de ordens contra os espanhóis e obrigando os brincantes a brindarem à causa independentista. Sua transgressão de gênero estava muito associada a uma necessidade de intimidação dos seus adversários políticos, mas também poderia ser uma válvula de escape para externalizar a sua dor com a opressão vivida no relacionamento.

Numa sociedade em que a autoridade política estava associada ao mundo masculino, La Goyta conseguia, com sua transgressão, subverter a simbologia masculina e criar um espaço de autoridade necessário para fazer prevalecer a sua voz e suas ideias políticas. Apesar de não se ter notícias sobre a sua última trajetória, sua atuação foi de suma importância para que a vitória final se estabelecesse em Charcas, quando as tropas expedicionárias de Simon Bolivar e San Martín entraram no cenário de guerra selando o destino de emancipação para a região em agosto de 1826.

A região de Charcas carregou o nome de Bolívia em homenagem a um dos seus libertadores, Simon Bolívar, e durante décadas ocultou e silenciou a figura emblemática da guerrilheira La Goyta, que contribuiu com a desarticulação política e militar do colonialismo hispânico deixando um legado social de força, bravura e rebeldia diante das estruturas de desigualdade de gênero existentes nas Américas oitocentistas.

O temor das elites e a hipervigilância se repetiram entre os escravocratas na América portuguesa, gerando tentativas constantes de identificação e silenciamento das articulações políticas de escravizados, libertos e setores populares. Manter o *status quo* tornou-se uma prioridade, especialmente nas regiões de grande contingente de população negra. Desde o século XVIII as mobilizações de contestações à ordem colonial tiveram espaço significativo no Brasil. Rebeliões como a Inconfidência Mineira, Conjuração Baiana e a Revolução Pernambucana

3 O Ouvidor do Crime mandara arrancar dos peitos de alguns cabras e crioulos forros, o retrato de Desalinas, Imperador dos Negros da Ilha de São Domingos. E o que mais notável era que estes mesmos negros estavam empregados nas tropas da milícia do Rio de Janeiro, onde manobravam habilmente a artilharia.

(Documentação policial do Rio de Janeiro, 1805)

revelaram uma profunda insatisfação social com a ordem colonial e com o modo de repressão caracterizado pela brutalidade dos esquartejamentos, degredos, enforcamentos e todos os tipos de barbaridades.

Mesmo assim, as mobilizações populares continuaram extremamente expressivas e cruciais nas primeiras décadas do século XIX.

O processo de Independência no Brasil caracterizou-se para intensas agitações e contradições políticas em diversas partes do território, criando um cenário de guerra que possibilitou a atuação de mulheres nos espaços bélicos.

Na Bahia e no Maranhão existiam projetos políticos conservadores e colonialistas liderados por uma elite escravista e aporuguesada, que coexistiam com concepções políticas alternativas de poder liderados por negros, indígenas, mulheres, mestiços e brancos pobres associados a sentimentos radicais antilusitanos. Nessas regiões, os movimentos populares de luta pela emancipação contrariavam, ridicularizavam e atacavam os planos que tendiam ao conservadorismo e à manutenção das relações econômicas com a metrópole.

As contradições de interesse políticos geraram conflitos pela independência que se alastraram muito além do ano de 1822. Parte significativa das elites dessas regiões mantinham relações comer -

ciais estreitas com Portugal e sustentavam-se em cargos administrativos locais, passando a perceber os projetos de independência como uma possibilidade de perdas políticas e econômicas dos seus privilégios. Isso gerou uma adesão tardia dessas províncias ao processo inaugurado no Rio de Janeiro.



Em “Homens de cor’ no processo de independência da província do Maranhão”, Marcelo Cheche Galves abordou questões importantes sobre antilusitanismo e o temor das elites maranhenses com as mobilizações dos negros. Em tese de doutorado intitulada “A (des)ordem imperial brasileira, Yuri Givano Alhadeif S. Matheus trabalhou o Maranhão popular no cenário de lutas pela independência. Os trabalhos serviram de base para a construção deste capítulo.

A existência de uma elite continuísta na Bahia e no Maranhão se explica tanto pelo medo das mobilizações populares, como pela existência de relações comerciais diretas dessas regiões com Portugal. Qualquer ruptura com a lógica comercial interna dessas províncias poderia ocasionar reorientações políticas com consequentes perdas econômicas. Contradições que colocaram esses lugares do Brasil no centro dos conflitos políticos pela independência.

As mobilizações populares no Brasil contaram com indígenas, escravizados, libertos, mulheres e pessoas livres pobres que conspiraram em prol de projetos políticos alternativos confrontando as estruturas raciais, sociais e de gênero existentes na época. O Maranhão do século XIX vivenciava o es-

plendor econômico ligado à exportação e monocultura de algodão, o que tornou a região importante no cenário colonial de decadência da economia açucareira. O aumento a entrada de escravizados e consequente concentração da população negra nessa região tornou o processo de luta pela independência bem emblemático, com participação intensa de pessoas livres de “cor”, indígenas e escravizados.

4

"O herói da Independência no distrito do Iguará é um preto Capitão-do-Mato, de idade de 60 anos, por nome João Bunda! Esse miserável fascinara uniu-se a outros que tais, em número de 40, e, a sua frente, na madrugada do dia 23 de maio, marchou ao lugar da Manga do Iguará [...] O Capitão Manuel José de Magalhães foi acutilado e morto, sem que tivesse tempo de se levantar da rede onde dormia."

(Notícias do jornal maranhense O Conciliador, 1823)

O ambiente político existente no Brasil na segunda década do século XIX deu origem a três projetos políticos distintos: o projeto independentista escravista articulado com o Rio de Janeiro, o projeto conservador e escravocrata articulado majoritariamente no Meio Norte e Nordeste e os projetos independentistas populares que estiveram intimamente ligados a aversão aos portugueses e que se tornaram peça fundamental nas lutas pela independência. O sentimento antiusitano esteve vinculado a esta última corrente, resultando

em ações como confisco de bens e ataques físicos contra aqueles que haviam nascido em Portugal, vistos como opressores e representantes do decadente sistema colonial. Este sentimento, no entanto, não se traduziu em ideário nacionalista, visto que os anseios de pertencimentos regionais subvertiam a lógica unitarista.

Na Bahia as lutas populares pela independência desenvolveram-se sobretudo em cidades do Recôncavo, local de resistência e fuga após o domínio da cidade de Salvador por Inácio Luís Madeira de Melo, enviado pelos portugueses para o Comando das Armas da província em 16 fevereiro de 1822. A nomeação foi usada como estratégia política e militar portuguesa vinculada às elites locais continuístas, mas foi repudiada por parte da população local e fração das forças militares que se mantiveram aquartelados no Forte de São Pedro dando origem a um conflito sangrento na cidade de Salvador. Encurralados, os militares do forte se renderam e fugiram para o Recôncavo Baiano juntando-se a ações populares para resistir a presença portuguesa na Bahia.

A marisqueira Maria Felipa de Oliveira destacou-se nos processos de luta na Bahia e foi essencial nas articulações para a expulsão dos portugueses. Era uma mulher negra descendente de sudaneses, que conhecia profundamente a topografia da sua

terra. Articulou às lutas na ilha de Itaparica e em Salvador e liderou dezenas de mulheres em ações de investigação, delação e combate físico contra os portugueses, tornando-se peça fundamental no processo de Independência do Brasil. Outro legado foi deixado por uma abadessa de nome Joana Angélica que usou o seu corpo como escudo humano para lutar contra a truculência do colonialismo na América Portuguesa. Joana Angélica tentou impedir a entrada dos portugueses no convento de Nossa Senhora da Lapa, sendo assassinada pelos portugueses em 19 de fevereiro de 1822, momento em que as tensões entre independentistas e lusitanos estavam em auge na Bahia.

Na região que corresponde à parte de Feira de Santana na Bahia nasceu, em 1872, Maria Quitéria de Jesus. Seus pais eram médios proprietários, produtores de farinha e criadores de gado e contavam com escravizados em suas propriedades. Maria Quitéria tinha dois irmãos e sua mãe faleceu quando ela ainda era uma criança. Sua primeira madrasta também faleceu, o que levou a, desde o início da adolescência, assumir as funções domésticas da casa, mas ela já demonstrava interesses por atividades externas ao lar. Quando seu pai se casou pela terceira vez, ela ausentou-se das funções domésticas e intensificou suas práticas de caça com o manuseio de arma de fogo e a exercício da cavalaria.

Maria Quitéria chegou aos 30 anos sem casar-se, o que representava um grande desatino familiar, visto que as meninas se prepararam para o casamento ainda na adolescência e os acordos familiares visavam aquisições financeiras e selavam os destinos amorosos das jovens no início do século XIX. Maria Quitéria dava os sinais de inadequação aos papéis de gênero impostos pela sociedade oitocentista.

Maria Quitéria viveu em contexto de guerra e teve sua vida transformada a partir de 1822. Com o domínio português na capital da Bahia, formou-se uma junta interina conciliatória de governo com apoiadores da independência, composta por várias cidades do Recôncavo e do interior, sediada na cidade de Cachoeira. Nessa cidade, ocorreriam recrutamentos voluntários e organização de homens para fortalecer os batalhões patrióticos anti-lusitano que ficaram conhecidos como Exército Pacificador e estavam sob a liderança do General Pedro Labatut. Maria Quitéria demonstrou forte desejo em fazer parte deste grupo, mas foi reprimida por seu pai que, ao receber uma visita



Escrito em 1953, a obra de Pereira Reis Júnior é a mais completa, do ponto de vista documental, a retratar a vida e trajetória de Maria Quitéria de Jesus. As informações biográficas presentes neste trabalho foram tiradas majoritariamente desta obra.

de emissários em convocação para a guerra, optou pela não participação no conflito. O pai de Maria Quitéria era português e proprietário de escravizados e muito provavelmente percebia as tensões em torno da sua condição social e racial. Sua neutralidade escondia o medo diante do cenário mais radical que se estabeleceu a partir de 1822.

Contrariando a vontade do seu pai, Quitéria aproveitou a sua ausência e dirigiu-se à casa da sua irmã solicitando ajuda para realizar uma contravenção moral para época: lutar na guerra de independência vestida como homem. Pegando as roupas militares do seu cunhado José Cordeiro de Medeiros, transgrediu as normas sociais e vestiu-se por completo com o uniforme militar, cortou os cabelos e dirigindo-se à Cachoeira para integrar as forças independentistas apresentando-se como soldado Medeiros. Com o ambiente caótico de guerra e a falta de controle sobre a entrada dos voluntários, a incorporação de Quitéria aos batalhões passou completamente despercebida. No mesmo ano, Quitéria foi integrada ao regimento de artilharia local e posteriormente cooptada para o Batalhão dos Periquitos onde exerceu suas atividades com armamentos menores.

Quando o pai de Maria Quitéria descobriu a sua transgressão fez contato com o Major Silva Casto para revelar o disfarce da filha e solicitar a retirada

imediate das tropas locais. Contrariando a sua vontade, o major manteve Quitéria nas fileiras, ação inesperada para a época, visto que no início do século XIX a tutela da mulher submetia-se a vontade do marido ou do pai. A decisão do major Silva Castro pode ser interpretada segundo a perspectiva de um momento mais radical de antilusitanismo, visto que o mesmo havia nascido no Brasil e pode ter percebido negativamente a neutralidade política de Gonçalo de Almeida. Além disso, Maria Quitéria desempenhava com maestria as suas funções militares, tornando-se peça fundamental naquele cenário.

O ambiente de guerra criou uma atmosfera possível para a existência dissidente de Maria Quitéria que se manteve empenhada no propósito político e ficou conhecida pelas estratégias militares no aprisionamento de portugueses. Sua atitude revela um inconsciente feminino ativo contra o patriarcalismo, uma vez que lutar contra os portugueses significava ainda lutar contra as amarras do domínio paterno que insistia na sua subjugação aos padrões de dominação masculina. O pai a amaldiçoou pela decisão de permanência nas fileiras do Batalhão dos Periquitos.

Em 1823, após a revelação do seu disfarce, um saio foi incorporado aos seus trajes militares. Não há fontes que tragam elucidação sobre seus sentimentos sobre este fato. Mesmo após ser iden-

tificada publicamente como mulher, continuou a ser tratada pelos seus companheiros com respeito e autoridade. Os conflitos que se estabeleceram entre as forças de Madeira de Melo e o Exército Pacificador tiveram a participação ativa de Maria Quitéria que demonstrava valentia, estratégia e domínio das armas vencendo conflitos importantes, como a Batalha da Pituba em outubro de 1822, a Batalha de Pirajá em novembro de 1823, e a Batalha de Itapuã em fevereiro de 1823, tornando-se 1º cadete do regimento de artilharia.

Maria Quitéria foi reconhecida por D. Pedro I como alferes de linha e condecorada com a insígnia de cavaleiro da ordem imperial, recebendo soldo vitalício. Ao encontrar o imperador pessoalmente solicitou que uma carta fosse expedida ao seu pai, solicitando-lhe a sua reincorporação na família e o perdão. Maria Quitéria não manteve a inversão de gênero para além das lutas pela independência, casou-se e teve uma filha, morrendo em 1853. Destino completamente oposto teria tido caso tivesse sido capturada pelas forças colonialistas portuguesas.

A transgressão utilitária de gênero tornou-se uma estratégia de luta importante entre as mulheres na América Latina, caminho que só foi possível graças ao estabelecimento das desordens sociais ocasionadas pelos ambientes de guerra

acirrados pelas sublevações emancipacionistas. Seja para impedir violências sexuais, revelar seus desejos inconscientes de inversão de gênero ou simplesmente para enganar os seus pares e exercer seus desejos laborais, essas mulheres conseguiram mover os seus corpos de forma temporariamente livre, denunciando as desigualdades de gênero e forjando cenários para atuação política e exercício público da cidadania.

A aproximação entre as realidades históricas do Haiti, Brasil e Bolívia revelaram sociedades com realidades políticas singulares e diversas, mas que quando aproximadas tornam-se elucidativas. É possível observar que as relações de opressão vivenciadas pelas mulheres e seus desfechos variaram e tornaram-se mais opressivas e violentas quando se estabeleciam imbricações entre gênero, classe e raça. A experiência do Haiti e seu impacto no continente americano ainda hoje estão subestimados nos materiais didáticos. Trabalhar essa experiência a partir da perspectiva feminina comparando-a com as outras experiências independentistas torna-se um instrumento eficaz de combate ao eurocentrismo no ensino de história. Que façamos a nossa parte!

# Reflexões para professores

O link abaixo direciona para a leitura do texto da socióloga e professora argentina María Lugones, intitulado “gênero e colonialidade”. A autora construiu este trabalho buscando compreender as relações de opressão existentes contra as mulheres com o advento da modernidade.

clique aqui



Construir uma educação histórica voltada para a formação cidadã torna-se desafio constante para professores de história comprometidos com a redução das desigualdades em suas múltiplas facetas. Analisando o pensamento de María Lugones, podemos compreender que a modernidade foi em grande medida responsável pelas opressões vivenciadas pelas mulheres latino-americanas. A colonialidade mantém ativa essas realidades opressivas na contemporaneidade. Torna-se portanto urgente a sua identificação e debate em busca de estratégias de superação.

De que maneira o reconhecimento e ensino dessas experiências históricas podem nos auxiliar na construção de uma sociedade que questione os estereótipos de gênero? Em que medida o ensino dessas vivências nos auxiliam na elaboração de uma sociedade comprometida com construção da autoestima feminina e redução das desigualdades de gênero?



Representação francesa sobre a Independência do Haiti. Acervo da Biblioteca de Artes Decorativas de Paris. Gravura presente no livro de história da Editora Moderna volume 2 (ALVES; OLIVEIRA, 2016)

O documento imagético acima foi utilizado como enunciado de uma questão no livro de história do segundo ano do Ensino Médio, da Editora Moderna, que circulou em algumas escolas públicas do Brasil entre 2018-2022. O seguinte comando estava sobescrito: “descreva a imagem e comente a visão do artista sobre a Independência do Haiti.”

A Independência do Haiti resultou em uma quantidade grandiosamente superior de mortos haitianos em relação aos franceses. De que forma essa imagem poderia contribuir para interpretações negativas sobre a história do Haiti? Essa imagem, sem o devido debate, pode colaborar para a construção de um imaginário preconceituoso entre os alunos? De que maneira essa imagem pode ajudar os alunos na compreensão do eurocentrismo e do consequente racismo?

Clique aqui para acessar  
o banco de teses do  
PPGH/UEMA



No Capítulo IV da tese que fundamentou este livro digital foi construída uma ferramenta para a escrita da história nomeada de **intervenção curricular**, fruto de uma análise que constatou a presença da colonialidade do saber nos livros didáticos de história do Ensino Médio, onde predominam os conteúdos da história europeia. **A ferramenta consiste numa proposta de escrita sobre as Américas em diálogo com o pensamento decolonial, a história comparada e a BNCC.** Você acabou de ler uma intervenção curricular sobre a participação das mulheres nas lutas por independências na América Latina. A ferramenta foi pensada para auxiliar os alunos universitários, professores da Educação Básica e Superior e pesquisadores das Américas na produção de uma escrita para a Educação Básica. Quais outros temas e conteúdos podem ser pensados para a construção de novas intervenções curriculares capazes de contribuir para subverter a lógica eurocêntrica no ensino de história?



Obra do artista argentino Xul Solar, intitulada *Drago*, produzida em 1927. A obra faz parte do acervo do museu Xul Solar em Buenos Aires

A gravura de abertura e finalização deste livro é uma pintura do artista argentino Xul Solar, intitulada *Drago*. O artista fazia parte do movimento modernista e nessa obra expressa uma crítica profunda ao imperialismo norte-americano e europeu. Essa imagem pode ser utilizada nas aulas sobre as independências das Américas e decolonialidade. Uma ótima oportunidade para que, em associação com o mapa mundial, os alunos identifiquem os países em questão e suas respectivas bandeiras. O espaço pode ser direcionado para que os alunos expressem suas opiniões sobre as ideias difundidas na imagem. Uma ótima oportunidade para trabalhar subjetividades, imaginários, política e intenções artísticas.

# Manuscritos comentados

1

O documento 1 abordou a condição de vida dos escravizados no Haiti. Trata-se de registros de memória do haitiano Pompeu Valentin Vastey em 1814. O arquivo foi trabalho por Nancy Gordon Heint e Michael Heint no livro "Written in blood: the story of the Haitian people, 1492-1995". A fala de Vastey encontra-se transcrita por completo na página 26 do livro.

Acesse o livro



2

O documento 2 é um relato oficial da execução de Micaela Bastidas em 1781 em Cusco. Este e centenas de outros arquivos sobre as rebeliões indígenas e mestiças do Peru encontra-se no Repositório Virtual de Fones Históricas do Peru. A documentação foi trabalhada pela pesquisadora Sara Beatriz Guardia (2010). Acesse o repositório virtual e tenha acesso aos arquivos. O documento em questão encontra-se em libros y folletos, recopilaciones documentales [CDIP] Tomo II: rebelión de Túpac Amaru (4 vols.)

Repositório



3

O documento 3 pertence ao Arquivo Ultramarino de Lisboa. Trata-se de uma descrição policial de homens negros em 1805 no Rio de Janeiro vangloriando a imagem de Jean Jacques Dessalines, um dos líderes da Independência do Haiti. A documentação foi trabalhada por Luiz Mott no texto intitulado “A Revolução dos Negros no Haiti e o Brasil” (MOTT, 1988).

4

O documento 4 aborda a participação da população negra no processo de Independência no Maranhão em 1823. O arquivo pertence ao Jornal “O Conciliador” e foi trabalhado por Yuri Givago Alhadef Sampaio Mathues (2023) na tese de doutorado intitulada “A (DES)ORDEM IMPERIAL BRASILEIRA: as lutas populares por cidadania no Maranhão no contexto de construção do Estado Nacional (1823-1841).”

# Imagens comentadas

1

A Ilustração de Maria Quitéria de Jesus na abertura do capítulo, primeira da direita para esquerda, é uma pintura sobre tela com tinta a óleo de Domenico Failutti, produzida em 1920.

2

A imagem de Gregoria Batallanos, no centro na abertura do capítulo, é do autor Hudson Ricardo Pinheiro Paz, produzida em 2025. O trabalho foi elaborado sob encomenda para ilustração deste livro digital. A técnica empregada foi o desenho em lápis grafite e nanquim sobre papel e a digitalização e colorização foi assistida por inteligência artificial (GPT-5, OpenAI) a partir de instruções fornecidas pelo autor. A finalização e ajustes foram feitas pelo Adobe Photoshop. A imagem foi construída tendo como base as informações da pesquisadora Esther Aillón Soria (2010) e nas ilustrações da heroína mestiça boliviana Juana Azurduy (1780-1862).

3

A ilustração de Suzanne Sanité Bélair na abertura do capítulo, primeira da esquerda para direita, intitula-se “Belair Saneamento” de autoria de Chevelin Pierre, produzida em 2025. O desenho foi realizado em lápis grafite e nanquim sobre papel.

4

A gravura utilizada na introdução deste trabalho e como marca d'água intitula-se "América Invertida" e pertence ao artista Joaquín Torres-García, produzida sobre papel em 1943, sendo atualmente parte do acervo da Fundação Torres Garcia no Uruguai.



# Referências bibliográficas

AILLÓN, Esther. Gregoria Battallanos, la Goyta: Mujeres en el campo de batalla en la independencia de Bolivia. In GUARDIA, S. B. (org). Las Mujeres en los procesos de Independencia de América Latina. 1ª Ed. Lima: CEMHAL, 2010.

ALENCAR, Valéria Peixoto. Canal RS Educação. Educação Decolonial. Youtube, 30.09.2020 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QfCOY83xQlg>. Acesso em: 30.08.2023

ALVES, A.; OLIVEIRA, L. F. Conexões com a História. 3º Ed. São Paulo: Moderna, 2016.

BARROS, José D'Assunção. História comparada - um novo modo de ver e fazer a história. Revista de História Comparada, Vol. 1, N.º. 1, 2007a

BARROS, José D'Assunção. Origens da História Comparada. As experiências com o comparativismo histórico entre o século XVIII e a primeira metade do século XX. PORTO ALEGRE, v. 14, p. 141-173, 2007b

BAPTISTA, J. R. C. . Bois Caiman: as metáforas da história e a realidade dos mitos na construção da identidade (inter) nacional do Haiti. Teoria e Cultura (UFJF) , v. 9, p. 22-33, 2014.

CARNEIRO, R. O. Por uma história de dentro para fora: argumentos para a desconstrução do eurocentrismo na historiografia e no ensino da história no Brasil. In: XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PE: História e os desafios do tempo presente, p. 1-12, 2018.

CASTILLO, Paulo Lanás. Gregoria Batallanos: UNA MUJER REBELDE Y PATRIOTA EN TARAPACÁ. In: <https://tarapacainsitu.cl/contenido/1104/gregoria-batallanos-una-mujer-rebelde-y-patriota-en-tarapaca>. Acesso em: 28 de jan. de 2024

CHAVES, P. J. S. DIDÁTICA, DECOLONIALIDADE E EPISTEMOLOGIAS DO SUL: uma proposta insurgente contra a neoliberalização do ensino escolar e universitário. Curitiba: EDITORA CRV, 2021.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, 2, 177-229. Teoria & Educação, p. 177-229, 1990.

CIRCE MARIA FERNANDES BITTENCOURT. Ensino de história da América: reflexões sobre problemas de identidades. Revista Eletrônica da Anphlac - número 4, p. 5-15, 2005.

CONCEIÇÃO, J. P. DA. Entre muitos "outros": ensino de história e integração latino-americana. REVISTA HISTÓRIA E DIVERSIDADE, v. 7, p. 7-23, 2015.

CONCEIÇÃO, J. P. DA; DIAS, M. DE F. S. Ensino de História e consciência histórica latino-americana. Revista Brasileira de História V. 31, p. 173-191, 2011.

COSTA, Cristina. Imagem, conhecimento e comunicação. In.: Educação, imagem e mídias. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

DALMÁS, C.; SOUZA, L. C. O Ensino da História das Américas no Brasil: apontamentos a partir da experiência do projeto PIBID-HISTÓRIA da UEMA. In: DALMÁS, C. (org.). (Org.). História das Américas (Séculos XIX, XX e XXI): perspectivas e experiências de pesquisa no Brasil. 1ed.São Luís: EDUEMA, 2021, v. 1, p. 24-42.

D'ASSUNÇÃO BARROS, J. História comparada: um novo modo de ver e fazer a história. Revista de História Comparada, v. 1, n. 1, 2007.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 1-34, 2005.

GABRIEL, Carmen Teresa. Usos e Abusos do conceito de transposição didática - considerações a partir do campo disciplinar de História. In: IV Seminário Perspectivas do Ensino de História, 2001.

GALENO, Henriqueta. Maria Quitéria de Jesus, heroína brasileira. Revista da Academia Cearense de Letras, v. 25, n. 2, 1954.

GALVES, Marcelo Cheche. "Homens de cor" no processo de independência do Maranhão. In: XXIV Simpósio Nacional de História (24:2007:São Leopoldo, RS), 2007, São Leopoldo. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História - História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007. v. 01. p. 01-09.

GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823.São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

GOMES, N. Y. A brazilian amazon: olhares britânicos sobre Maria Quitéria de Jesus. Encontro de História da Arte, Campinas, SP, n. 14, p. 622-633, 2019.

GOMES, Nathan. A la guerra Americanas: questões de gênero e etnicidade nos retratos de Maria Quitéria de Jesus. RITA - Revue interdisciplinaire de travaux sur les Amériques, n. 12, 2019.

GUARDIA, S. B. (org). Las Mujeres en los procesos de Independencia de América Latina. 1ª Ed. Lima: CEMHAL, 2010a.

GUARDIA, Sara Beatriz. Reconociendo las huellas. Micaela Bastidas y las heroínas de la Independencia del Perú. In: GUARDIA, S. B. (org). Las Mujeres en los procesos de Independencia de América Latina. 1ª Ed. Lima: CEMHAL, 2010b.

GUTIÉRREZ, J. I. Travestismos femeninos: Escritura y mujer frente al poder patriarcal. Actas Del XVI Congreso de La Asociación Internacional de Hispanistas. Nuevos Caminos Del Hispanismo, París, 2005

FICK, Carolyn. Para uma (re)definição de liberdade: Revolução no haiti e os paradigmas de igualdade e liberdade. Estudos Afroasiáticos, ano 26, nº 2, 2004, pp. 355-380

HEINL, Robert Debs; HEINL, Nancy Gordon. Written in Blood: The Story of the Haitian People, 1492-1995. Lanham: University Press of America, 1996. 869 p.

JAMES, C. L. R. Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2010.

JACOBINI, Julia Amaral. Las mujeres no somos cobardes: a participação feminina na revolução haitiana em "la isla bajo el mar" de isabel allende. Trabalho de conclusão de curso. Universidade federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

LAMOUR, Sabine. L'héritage politique de Marie Sainte Dédée Bazile, dite Défilée. Recherches féministes, v. 34, n. 2, p. 107-122, 2021. Disponível em: <<https://www.erudit.org/en/journals/rf/2021-v34-n2-rf07282/1092233ar/>>. Acesso em: 05 jul. 2024.

LOGIS, B. A revolução referenciada. Resenha A REVOLUÇÃO do Haiti e o Brasil Escravagista: O que não deve ser dito. São Paulo: Paco, 2020

LOZ, Carolline Sardá. Canal carollinesarda. A haitiana que destruiu as tropas de Napoleão. Youtube, 22.11.2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kM8gwm9VZhM>. Acesso em: 05/05/2024

KIMBERLÉ W. Crenshaw, Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics, Chicago, v. 1989, n. 1, art. 8. pp. 139-167, 1989.

KLEIN, Herbert S. Bolívia: do período pré-incaico à independência. tradução: Alberto Alexandre Martins e Mana Glória P. Kok. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAIA, Helder Thiago Cordeiro. Maria Quitéria/Soldado Medeiros: o soldado que (não) era. Terra Roxa e Outras Terras: Revista de Estudos Literários, v. 40, p. 57-67, set. 2021.

MATHEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. A guerra da Balaiada. 2018. Produto de dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

MATHEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. A (DES)ORDEM IMPERIAL BRASILEIRA: as lutas populares por cidadania no Maranhão no contexto de construção do Estado Nacional (1823-1841). Dissertação de Mestrado.,

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005

MOTT, Luiz R. B. A revolução dos negros do Haiti e o Brasil. História. Questões e Debates. Curitiba 3 (4):55-63, 1982

NASCIMENTO, W. S. Além do medo: a construção de imagens sobre a revolução haitiana no Brasil escravista (1791 – 1840). Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria, 10(18), p. 469-488, 2007

NICOLAU, Simone L. As marcas da colonialidade no Ensino de História sobre o Haiti: uma análise sobre resistir à invisibilização

imposta pela negação do outro, seus saberes e poderes em sala de aula. In: Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, 2020, Ponta Grossa. 2020.

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. Revista de História, São Paulo, v. 2, n. 145, 2001.

PRADO, M. L. C. América Latina no século XIX: tramas, telas e textos. – São Paulo /. Bauru: Edusp/Edusc, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227–278.

REIS JUNIOR, Pereira. Maria Quitéria. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953.

SAMPAIO, C. R. L. O haitianismo no Brasil e o medo de uma onda revolucionária. Anais do X colóquio da História da Unicamp/2016 Escravidão, Abolição e Pós-Abolição. Pp.263–282, 2016. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/571242547/O-HAITIANISMO-NO-BRASIL-E-O-MEDO-DE-UMA-ONDA-REVOLUCIONARIA>. Acesso em: 10/07/2025

SILVA, Felipe Augusto Queiroz. De uma revolta de escravos, a uma revolução: O ocultamento e apagamento da participação Feminina na Revolução do Haiti. Monografia. Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2022

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 63, p. 237-289, 2002.

SCHROTER, N. (2024). XUL SOLAR: ANÁLISE DE DRAGO. Psychoanalytic Exchange, 7 (2), 09–12. Disponível em: <https://intercambiopsicoanalitico.org/ojs/index.php/IPSI/article/view/218> Acesso em: 10/05/2025

SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos . Seduções, haitianismo e conexões no Brasil: outras margens do Atlântico Negro. Novos Estudos. CEBRAP, São Paulo, v. 63, p. 131-144, 2002.

TUCKER, Phillip Thomas. Martyred Lieutenant Sanité Bélair. Haiti's revolutionary heroine: a new look at the fighting "tigress" of the struggle for liberty. V.I. PublishNation: edição em inglês, 2019

Walsh, C. (Org.). (2017a). Pedagogias decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir. (Serie Pensamiento Decolonial, Tomo II). Quito: Abya Yala.

WALSH, C. LO PEDAGÓGICO Y LO DECOLONIAL: Entretejiendo caminos. Em: Pedagogías Decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir. [s.l.] Serie Pensamiento decolonial, 2012. v. 1p. 403–441.

WALSH, Caterine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. (Org.) Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

WEXLER, B. Las Mujeres Paceñas: una Aproximación a su Participación en el Ejército Revolucionario del Siglo XIX. Clío & Asociados. La Historia Enseñada, 5, 191–207. (2005)

### **LEIS E DIRETRIZES CURRICULARES**

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília: MEC, 2018a. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/bncc\\_ensino\\_medio.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/bncc_ensino_medio.pdf). Acesso em: 05/07/2025.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. Documento curricular do território maranhense: ensino médio / Maranhão, Secretaria de Estado da Educação. — São Luís, 2022.

MARANHÃO. Escola Digna: caderno de orientações pedagógicas - História como componente curricular. / Secretaria de Estado da Educação. – São Luís, 2017

